

Apontamentos para a história da arqueologia portuguesa

Francisco Sande Lemos

1

Introdução

Há quase duas décadas redigi, para o segundo número da revista *Forum*, uma pequena nota sob o título as “Três Idades da Arqueologia Portuguesa” (Lemos 1987).

Ora em diversos textos, já impressos na década de 90, encontrei referências, de sinal contrário, a essa breve observação sobre a História da Arqueologia Portuguesa.

Por outro lado, em dois artigos, um da autoria de Luís Raposo (1995, 67) e outro subscrito por António Carlos Silva (2002) os meus ilustres confrades entenderam por bem mencionar outros textos publicados na revista *Forum* (Lemos 1989; 1992; 1993 e 1997). Estes trabalhos, a que se referem Luís Raposo e António Carlos Silva, enquadram-se no âmbito da política e gestão do património arqueológico. Para o primeiro o conteúdo dos meus textos revela

uma atitude “rebelde” e “corporativa-liberal” (Raposo 1995). Quanto a ACS, este recomenda a consulta dos mesmos, no âmbito da literatura produzida sobre a gestão do património, no último quartel do século XX, embora advirta para a circunstância de serem “polémicos” (2002).

Mas que relação haverá entre um breve apontamento sobre a História da Arqueologia e o problema das estratégias para o património?

Na verdade é hoje consensual que o passado se estuda no presente, que as políticas de património se inserem em contextos específicos, num duplo sentido, tanto da História da Arqueologia como da Sociedade Contemporânea, em geral. Por outras palavras é difícil separar a análise do trajecto histórico de uma determinada área do saber, do contexto social em que evolui e das estratégias possíveis do seu desenvolvimento futuro.

Como se sabe os estudos que cruzam a Arqueologia e sua História com a política ou a ideologia, bem como os que intentam situar a gestão do património, no percurso já secular da disciplina, multiplicaram-se nos últimos anos. Na verdade a Arqueologia, a Política (em sentido amplo) e o Património, são vértices de um mesmo triângulo, em particular nos contextos de crise, ou conflito.

Por motivos diversos prefiro a acção. Os humildes textos que publiquei, nas décadas de 80 e 90 apenas se resumem a breves rascunhos, ao correr da pena, e de modo nenhum pretendiam definir parâmetros conceptuais, estabelecer métodos para a História da Arqueologia, ou avançar doutrinas de intervenção.

Entretanto o século XX acabou e os textos que escrevi jazem sepultados nas bibliotecas. Estas são, em norma, belíssimas e tranquilas necrópoles, onde se conservam, mumificados, os autores e as suas obras. Todavia, ao contrário dos cemitérios humanos onde o milagre da ressurreição terá de aguardar pelo Dia do Juízo Final, nas bibliotecas os mortos podem recuperar a sua voz, sempre que um leitor os retira das estantes onde repousam.

Porque há um possível leitor, “em cada esquina”, justifica-se, talvez, acrescentar à série supracitada mais estes apontamentos, eventualmente “polémicos” e, porventura, menos “lúcidos” (a idade não perdoa e os deuses só favorecem os que morrem jovens).

2

A Idade do Ouro – Mito ou História?

O Minho tem duas faces: uma atlântica e outra mediterrânica. Prefiro o tempo atlântico. Por vezes, durante dias, ou semanas o sol desaparece e o nevoeiro fecha-se sobre os vales e cumes. Lembro-me que, já lá vão alguns muitos anos, me pediram para guiar uma visita ao Planalto de Castro Laboreiro (altitude média de 1200 metros), no extremo noroeste de Portugal. Um arqueólogo escocês, cujo nome não recordo, pretendia visitar o local onde se concentram numerosos monumentos megalíticos. Foi no mês de Maio. Apesar disso ainda se conservavam manchas e línguas de neve, dispersas pelas vertentes sombrias. No planalto instalara-se um nevoeiro tão denso que os dois “jeeps” seguiam com os médios acesos. Muito a custo consegui encontrar o caminho de acesso a dois ou três monumentos. Piedosamente, em face dos nossos desesperados esforços, o escocês teve a gentileza de dizer: “Indeed! It’s like the Highlands”.

Em boa verdade, nesta finisterra, por força do clima sombrio e chuvoso, a ficção e a realidade confundem-se, cruzam-se mitos e métodos, ou vice-versa. Assim, talvez influenciado pelas brumas “célticas” publiquei o pequeno texto intitulado *As Três Idades da Arqueologia* (Lemos 1987).

Na versão original entregue na tipografia, estava escrito: “Se por imperativo mitológico...”. Ora a Doutora Manuela Martins, que teve a amabilidade de corrigir as provas, devido à minha ausência temporária em França, emendou a palavra, de modo a que no texto impresso ficou assim: “Se por imperativo metodológico...”.

Talvez devido a essa palavra (metodologia) o artigo que, doutro modo teria sido ignorado, acabou referido por diversas vezes, criticando-se o esquema das Três Idades, em especial uma hipotética Idade do Ouro, situada na segunda metade do século XIX (Fabião 1999, 108).

Confesso que, por vezes, sinto dificuldades em definir as linhas que separam a metodologia da mitologia. Há métodos que fracassam e “mitos” que vingam, como

a belíssima galáxia cognitiva habitualmente designada por “Cultura Castreja”, para a qual eu tenho contribuído, como tantos outros, e com muito orgulho. Num dos seus livros Claude Lévy-Strauss (1992) reflectiu sobre a operacionalidade dos mitos, em especial a sua eficácia como mensagens, a sua utilidade na delimitação dos territórios científicos, geográficos e simbólicos.

Ora, tanto nos mitos, como nas disciplinas científicas, a evocação das genealogias é indispensável. A identificação dos fundadores é tão importante para as Mitologias como para a História da Ciência. De outro modo não se justificava que os textos científicos fossem rubricados.

Em Portugal, que investigadores fundaram a Arqueologia?

Em nosso entender três personalidades: Sebastião Filipe Estácio da Veiga (nascido em 1828); Francisco Martins Sarmento (n. 1833) e Joaquim Nery Delgado (n. 1835). Os dois primeiros partiram do nada, mas formularam projectos coerentes que ainda não se cumpriram totalmente.

Estácio da Veiga interveio em Mértola, tendo projectado o Museu e a Carta Arqueológica do Algarve.

Martins Sarmento trabalhou, intensamente, para organizar os “Materiais Arqueológicos de Entre Douro e Minho”. Para além do trabalho de campo que realizou, adquiriu vários sítios (a Citânia de Briteiros; o Castro de Sabroso; o balneário castrejo do Monte da Saia; a Lage dos Sinais e a Mamoia de Donai) e financiou escavações em diversos locais do Norte de Portugal, como por exemplo em Castro de Avelãs. Conforme salientou, num dos seus primeiros textos, *Observações à Citânia do Senhor Doutor Emilio Hübner*, o estudo da Citânia de Briteiros integrava-se, expressamente, nesse projecto mais vasto, que está por concretizar.

Joaquim Nery Delgado teve como percursores Francisco Pereira da Costa e Carlos Ribeiro e consolidou os estudos de Arqueologia como uma linha de acção nos Serviços Geológicos de Portugal, eixo de trabalho que perdurou mais de um século.

Num texto recente Mariana Diniz e Vítor Gonçalves (1993-94), embora não questionem a estatura intelectual destes arqueólogos, consideram que a

expressão Idade do Ouro, atribuída ao contexto em que se movimentaram os supracitados investigadores, é excessiva. Fechadas as contas a segunda metade do século XIX não estabeleceu as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento da Arqueologia Portuguesa. Os pioneiros não deram sequência a escolas formais, a instituições sólidas, temor expresso no próprio título do artigo (Diniz e Gonçalves 1993-94).

Este sentimento de orfandade parece ser um mal genuinamente português. Como se o passado tivesse por obrigação garantir o futuro. E não haverá uma ilusão de óptica ao sustentar que as instituições são os pontos de referência, obrigatórios para avaliar uma área do saber? A durabilidade não depende, de facto, e em última instância, das individualidades, dos trajectos pessoais, das publicações, da coerência e eficácia dos projectos?

Aparentemente os trabalhos de Estácio da Veiga, de Francisco Martins Sarmiento e de Nery Delgado não tiveram continuidade imediata em Portugal, não criaram Escolas. O grupo da *Portvgalia* que se assumia como herdeiro de Martins Sarmiento fragmentou-se. O Museu do Algarve foi desviado para Belém. Os estudos de Pré-História nos Serviços Geológicos foram sobrevivendo graças a estímulos exteriores e temporários, designadamente às intervenções dos abades Breuil (Raposo 1993-94) e Roche (Jorge 1985).

Efectivamente, foi preciso esperar pelas décadas de 80 e 90 do século XX para que os estudos arqueológicos no sudeste do Alentejo, em Mértola, e no Algarve, adquirissem um novo fôlego, ampliando a monumental obra de Estácio da Veiga.

No Norte, apesar do desvelo de Mário Cardoso, de Eugénio Jalhay, de Afonso do Paço e de Abel Viana, foi também necessário aguardar pelos anos 80 e 90 do século passado para que o estudo dos castros motivasse sucessivas teses de doutoramento e mestrado, entre as quais lembramos as obras de Armando Coelho (1986), Manuela Martins (1989/90), Francisco Sande Lemos (1993), António Dinis (1993), Carlos Alberto Brochado de Almeida (1996) e Justino Maciel (2003).

A coincidência de datas é por demais evidente. Eu diria que as sementes lançadas pelos pais fundadores estiveram protegidas sob a neve de um longo Inverno

político e cultural. Na verdade, Portugal foi bastante afectado pelas patologias ideológicas da primeira metade do século XX que, entre nós se prolongaram serodidamente, com o beneplácito dos Aliados, pelas décadas de 50 a 70.

De facto, quando se pretende estudar a História da Arqueologia portuguesa, há um curioso jogo de "luzes e sombras". Assim, embora a análise desenvolvida por K. Lillios (1995) seja algo forçada o seu artigo ilumina, em vários pontos, cumplicidades incómodas.

O regime do Estado Novo filiou a sua política patrimonial na tese de Alexandre Herculano sobre as raízes medievais de Portugal, aprofundando-a à sua maneira. A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi instruída para valorizar os monumentos desse passado específico, purificando-os. No entanto essa política não foi acompanhada por trabalhos arqueológicos, pelo que não suscitou um desenvolvimento da Arqueologia. Aliás a DGEMN desempenhou a sua tarefa com tal eficácia que, passadas já algumas décadas sobre a queda do regime, o Paço dos Duques rende bom dinheiro e o Castelo de Guimarães continua a ser o símbolo da nacionalidade, mesmo nas classes mais ilustradas¹. Somos, pois, forçados a reconhecer a eficácia e coerência dos arquitectos da DGEMN, bem como a inteligência do hábil mestre de propaganda do regime, António Ferro. A baixo custo, dispensando os arqueólogos, construiu-se um esplêndido passado que ainda perdura, nas memórias e nas pedras.

Numa perspectiva patrimonial o Paço dos Duques, como tanto outros monumentos restaurados no século XX, constitui já um valor arquitectónico contemporâneo, material para estudos científicos sobre as complexas relações entre o passado e o presente (Costa 1999).

Todavia, o Estado Novo embora acentuasse a época românica e os Descobrimentos, não se esqueceu dos passados anteriores. A DGEMN assegurou o restauro de *Conimbriga*, ao longo de décadas, mesmo sem o apoio de arqueólogos (Fabião 1997). Deste modo, a par do país vizinho, Portugal afirmava-se como um dos legítimos herdeiros da *Hispania*, como um dos portadores da romanidade, que se difundiu pelo mundo, designadamente na América Latina.

Também os castros célticos, que ligavam o nosso país aos povos indo-europeus e à Europa Central, não foram esquecidos, pois a DGEMN garantiu os meios

financeiros necessários para sucessivas campanhas de restauro na Citânia de Briteiros (Cardozo 1994), ou em Santa Luzia (Viana do Castelo).

A complexa estratégia forjada no Estado Novo ainda não se dissipou, talvez porque estivesse ancorada no poderoso movimento romântico construído no século anterior.

Podemos, mesmo, interrogar-nos se a recente emergência da Arqueologia Medieval é um processo autónomo e moderno. Ou inquirir qual a filiação entre o *Monasticon* de Alexandre Herculano, e os estudos dos conjuntos monásticos, levados a cabo nestes últimos anos pelo IPPAR, projectos cujo interesse científico, *per si*, não discutimos.

Quais são as linhas decisivas que separam o conhecimento dos mitos, as mitologias da propaganda? Mesmo que os arqueólogos apliquem metodologias actualizadas, os contornos “mitológicos” que envolvem os projecto persistem.

Existiu, reafirmo, uma Idade do Ouro da Arqueologia, em que os investigadores acreditavam num saber isento, acima dos nacionalismos e das ideologias, para os quais, no entanto, estavam a contribuir, por vezes de forma inconsciente. As várias sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, incluindo a realizada em Portugal em 1880, remetem-nos para um pleiáde de sábios, que pretendiam, de forma sincera, construir uma narrativa ampla e fundamentada do passado comum da Europa. Uma Europa de nações, mas assente numa plataforma de diálogo e convivência.

Um indicador, entre outros, sobre a atitude dos arqueólogos da mítica Idade do Ouro é a discussão da origem da suástica, símbolo que será uma das representações gráficas mais terríficas dos anos 30 e 40 do século XX. Ora, são os mais relevantes e lúcidos eruditos das últimas décadas de oitocentos que suscitam dúvidas sobre a identificação entre o terrível símbolo e os povos arianos ou indo-europeus, revelando bom senso e prudência, como se adivinhassem o futuro uso político do saber. Assim, num texto dedicado à história da cumplicidade da Arqueologia, no abuso ideológico da suástica, o autor (Quinn 1996, 167) sublinha as reservas de H. Schliemman e de R. Virchow à interpretação étnica daquele símbolo. Lembramos que Virchow foi um dos principais protagonistas do Congresso de Lisboa de 1880 e da excursão ao Norte e à Citânia

de Briteiros. Alemão de origem polaca, médico, antropólogo e líder do Partido Liberal, tenaz adversário de Bismarck, é considerado um dos políticos que mais contribuiu, no seu país, para a ideia da Saúde como um dos direitos dos cidadãos e deveres do Estado. Sabe-se, por outro lado, que Rudolf Virchow criticou as funestas teorias de G. Kossina sobre a identificação entre etnias e os conjuntos de sítios e materiais arqueológicos (Raczkowski 1996, 200).

Com este reparo pretendemos mostrar que os investigadores do século XIX, possuíam uma estatura intelectual e um espírito crítico, que muitos arqueólogos do século seguinte abandonaram, comprometendo-se, de uma forma ou de outra, com quadros ideológicos rígidos, com sistemas políticos e mesmo com regimes. Um desses arqueólogos, em Portugal, terá sido Mendes Corrêa, de acordo com o testemunho de um Mestre da Geografia, Orlando Ribeiro (1977)².

Recordamos que Martins Sarmento recusou as comendas oficiais e desdenhou abertamente o poder político.

Ainda no quadro deste tema, a Idade do Ouro, acho oportuno referir que expressão similar, "Las Décadas de Ouro de la Arqueologia española", foi utilizada por Margaritta Díaz-Andreu (1997), embora aplicada às três primeiras décadas do século XX. A investigadora tem dedicado numerosos textos à História da Arqueologia em Espanha, tendo coordenado, com Gloria Mora, a edição de um livro sobre o tema (Mora e Díaz Andreu 1997).

Todavia, enquanto eu situo a "Idade do Ouro" de 1875 até ao começo da I Guerra, Margarita Díaz-Andreu usa o termo supracitado para as três primeiras décadas do século XX. Seria matéria para um artigo específico, aprofundar os eventuais desfasamentos entre os dois países. De qualquer modo, parece-me evidente que em Espanha, ao contrário de Portugal, a Democracia e a República resistiram de forma heróica ao avanço dos poderes totalitários. Em Portugal, o golpe de Sidónio Pais já anunciava o fim da Democracia, que se consumou em 1926 com a Ditadura Militar e o advento do Estado Novo.

De um modo geral na Europa, por força do sucesso dos projectos ideológicos e totalitários, a narrativa científica que os arqueólogos do século XIX organizaram, desfez-se em discursos antagónicos e terminou em convulsões terríveis. Aliás, enquanto os arqueólogos e eruditos analisavam questões como a do Homem

Terciário, já se desenhavam os erros e crimes políticos que conduziram, algumas décadas depois, ao assassinato do Arquiduque Fernando de Habsburgo e à Guerra de 1914-1918. De 1918 a 1945, os nacionalismos assumem, de forma declarada, o controlo dos discursos sobre o passado.

Na sequência do fim da II Guerra, e da fundação das Nações Unidas a Arqueologia retomou, ao abrigo das Convenções Internacionais e Europeias, a sua neutralidade e ressuscitou das ruínas o positivismo ingénuo, reforçando-o com perspectivas pragmáticas. Assim, beneficiando de décadas de "Paz", a Arqueologia constituiu-se, progressivamente, como uma disciplina com um território dotado de espaços autónomos de discussão teórica, apoiada em procedimentos científicos e técnicos normalizados. Todavia, o antagonismo entre os dois blocos, ocidental e comunista, mal grado as diversas Convenções Europeias, impedia uma efectiva convivência. A constituição da "European Association of Archaeologists" marca um ponto final numa ruptura que persistiu durante décadas.

Deste modo a velha Europa de oitocentos parece ter ressuscitado. É possível consultar livros em que autores russos analisam, sem censura, a relação entre as leituras do passado na URSS (Shnirelman 1995) e o renovado mito eslavo (Chernykh 1995); ou a cumplicidade entre os arqueólogos e os nacionalismos em confronto aberto no Cáucaso (Kohl e Tsetschladze 1995).

De facto escrever sobre o passado, sobre a história da sua "reconstituição" e acerca das políticas de salvaguarda do património não são operações assépticas. Talvez por isso o carácter polémico dos textos que assinei.

Por outro lado, as fronteiras entre a metodologia e a mitologia continuam ténues. Nesse sentido, a minha referência a uma Idade do Ouro pode ser encarada de dois ângulos: como uma perspectiva optimista da Ciência, embora crítica e sem ingenuidades; ou como uma convicção pré-iluminista, no sentido proposto por Habermas. Na primeira hipótese a uma Idade do Ouro dissolvida em trevas, pode seguir-se um Renascimento. Na segunda hipótese, a Idade do Ouro esfumou-se para sempre, ficando apenas a saudade, a nostalgia.

Eu próprio não sei qual das duas hipóteses é a mais provável porque, em boa verdade, a ideia de um Renascimento, continua a suscitar-me tantas, ou mais, dúvidas que na década de 80.

3 O mito do “Renascimento”

Na primeira hipótese a eventual existência de uma Idade do Ouro implica, quase forçosamente, a possibilidade de um Renascimento. Diversos arqueólogos levantaram essa possibilidade para o desenvolvimento da Arqueologia nas últimas duas décadas do século XX.

Um desses autores, militante e optimista, por definição, é Vítor Oliveira Jorge.

Aliás, o professor Vítor Oliveira Jorge tem notáveis qualidades: arqueólogo de campo; pré-historiador eminente; conferencista generoso; prolixo autor de numerosos textos científicos, teóricos e de reflexão; editor incansável. No domínio da Pré-História é já uma das referências obrigatórias da Arqueologia Portuguesa da segunda metade do século XX e, faço sinceros votos, das primeiras décadas da nova centúria.

Todavia, ao ler um texto que escreveu (Jorge, 2003), estremeci. De facto, há no livro um parágrafo que me recordou a minha triste qualidade de morto vivo: a mitificação dos Serviços Regionais de Arqueologia dos anos 80. Para que serviram os meus artigos da *Forum*? Recordo os títulos: *Nevoeiro na Arqueologia*; *A vã glória de escrever no presente a história que vai ser investigada no futuro*.

Na referida passagem de Vítor Oliveira Jorge e de outros autores saudosistas da década de 80, esbarro com o mito dos Serviços Regionais de Arqueologia, que parece está para durar. Enfim... Por muito que escreva sobre o tema, aparentemente, não convengo quase ninguém. Acreditei que tendo sido um directores dos Serviços Regionais, um dos principais protagonistas da Arqueologia de Gestão da década de 80, poderia dissecar, com a luz da análise distanciada, os méritos, os erros, os fracassos, as dificuldades que agitaram aqueles organismos. Enganei-me. E não insisto.

Felizmente já existem outros autores que adiantaram para a década de 90 o Renascimento, com o advento do Instituto Português de Arqueologia a par da

plena expansão da chamada Arqueologia de Gestão e do universo empresarial (Lago 2003).

O mito do Renascimento renova-se, pois, em cada geração, o que numa certa perspectiva é saudável, embora haja o perigo do "remake" de segunda qualidade.

Todavia, a questão que me inquieta vai para além desses sucessivos "Renascimentos" e dos processos de auto-glorificação geracional, cujo valor é transitório. Será que, sob esses hipotéticos recomeços há uma autêntica ruptura, um movimento de modernidade, um lugar de esperança? Ora um local privilegiado para avaliarmos até que ponto mudou a Arqueologia portuguesa poderá ser o Museu Nacional de Arqueologia.

4

O Museu Nacional de Arqueologia "in the shape of knowlegde"

Em Portugal já há numerosos museus de Arqueologia, ou com colecções de Arqueologia. O mais destacado será, sem dúvida, o Museu Nacional de Arqueologia, com sede na capital. É um museu que conserva um excepcional acervo, mas que, desde a sua fundação, mantém relações algo equívocas com o resto do país. Logo no seu início, engoliu as colecções do futuro Museu do Algarve, organizado graças ao talento e obra de um dos fundadores da Arqueologia Portuguesa, Estácio da Veiga. Ao longo do século XX, durante décadas, Leite de Vasconcelos, graças à sua rede de colaboradores, e ao impacte nacional da revista que editava, logrou obter materiais das mais longínquas partes do país, incluindo o Nordeste Transmontano. Podemos imaginar este processo recordando, por exemplo, a longa viagem dos berrões do Vale da Vilarça, primeiro em carro de bois até à Estação de Caminho de Ferro do Pocinho, depois em vagão até Santa Apolónia. Outra surpreendente deslocação, foi a um miliário da *Via Bracara Asturicam* por *Aquae Flaviae*, que viajou de Montalegre para o Museu de Belém.

Ao contrário do que se imagina essas operações perduram na memória das comunidades, ao longo de décadas e legitimam desconfianças. Recordo-me de uma conversa em Castro de Avelãs (Bragança), onde encontrei uma senhora, talvez com 70 ou mais anos de idade que cuidava da igreja paroquial. Quando me identifiquei disse, com algum azedume, que outrora na aldeia existiam muitas "pedras com letras", mas que tinham sido levadas para o Museu de Bragança. No início do século passado uma estela funerária romana, a Pedra dos Namorados, foi levada para o Museu Soares dos Reis. Já nos anos 80 foi descoberta uma estátua menhir, na mesma localidade. Quando se pretendeu transferir a peça para a sede do PNPG, o povo barrou o caminho à viatura do Parque, alegando que tinham de pagar entrada no Museu do Porto para verem uma pedra que lhes pertencia.

Sob a direcção de Manuel Heleno, acumularam-se no MNA, em caixas e caixas, ou em gavetas, milhares de artefactos recolhidos em escavações levadas a cabo em numerosos pontos de Portugal, com incidência para Rio Maior³, Vale do Tejo e Alentejo.

Entre outros materiais o MNA alberga a maior colecção de peças de ourivesaria de Portugal, em grande parte oriunda do Norte de Portugal.

Após a morte de Fernando de Almeida, professor que recordamos com saudade⁴, o Museu atravessou uma fase muito complicada, apenas estabilizando com a nomeação de Luís Raposo para seu director. Este tem desenvolvido uma política coerente de exposições temporárias de grande qualidade, sempre acompanhadas por excelentes catálogos, que perduram como obras de inegável relevância científica. Sob a direcção de LR o MNA adquiriu um novo fôlego e facultou ao público de Lisboa, e do país, a possibilidade de acederem a diferentes passados, que muitos desconheciam.

Pode assim dizer-se que o MNA tem produzido bastante e bem, apesar de estar mal instalado, num edifício que oferece poucas condições. Dispomos, portanto, da possibilidade de analisar os temas escolhidos, os passados evocados e, também, os que foram esquecidos. Tal só é possível porque LR, com a coragem que se lhe reconhece, se "atravessou", como diríamos em calão, retirando o Museu de um certo alheamento que se arrastava há mais de duas décadas.

Não deverá, pois, nem LR, nem outros leitores, considerar os parágrafos que

se seguem uma crítica ao trabalho produzido, mas apenas como uma tímida observação de um humilde exilado.

As exposições temporárias inauguradas, entre 1981 e 2004, de acordo com o Website do Museu, somam 10.

Por ordem temporal foram apresentados seguintes temas:

- “A I Idade do Ferro do Sul de Portugal” (1980-1981);
- “Lisboa Subterrânea” (1994-1995);
- “Um gosto privado, um olhar público” (1995-97);
- “A Idade do Bronze em Portugal: discursos do Poder” (1995-96);
- “Ístria Mágica: o Património histórico-cultural da Croácia” (2000);
- “De Ulisses a Viriato: o Primeiro Milénio a.C.” (1996-1997);
- “Paisagens Megalíticas – Évora (Alentejo) – Carnac (Bretanha)” (2003);
- “Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo” (1998-99);
- “O povoado de Liceia: sentinela do Tejo no III milénio a. C.” (1997-98);
- “Portugal Romano: a Exploração dos Recursos Naturais” (1997-98);
- “As Religiões da Lusitânia” (2002/2004);
- “Cascais há cinco mil anos” (2004).

Do conjunto enumerado ressalta qualidade e variedade, bem como uma inteligente gestão. Assim LR já tem garantido o seu lugar no panteão da História da Arqueologia e da Museologia de Portugal Contemporâneo, como um dos melhores directores do MNA, a par de Leite de Vasconcelos e Fernando de Almeida.

Todavia, sem querer incorrer em crime de lesa majestade, sou forçado a reconhecer que o actual director do MNA tem fugido a dois dos mais importantes sectores de actividade arqueológica da segunda metade do século XX: a Arqueologia Urbana e os Projectos de Salvamento, ou seja às duas áreas que operaram a ruptura com a prática tradicional da disciplina⁵.

Em Portugal nos anos 80 destaca-se o caso de *Bracara Augusta*. Na década de 90 o “dossier” Foz Côa.

Ora a história urbana dos dois maiores aglomerados da fachada atlântica da Península, entre o século I e a actualidade, Braga e Lisboa, sucessivamente, nunca teve assento na ilustre galeria das exposições temporárias do MNA. Pode argumentar-se que já houve uma exposição subordinada ao tema Lisboa Subterrânea, em 1994. A intenção expressa da Presidente do Instituto Português de Museus, Simonetta Luz Afonso, era revelar os segredos que se escondiam no subsolo da cidade, segundo a própria nos disse⁶, numa breve reunião, em Lisboa, a propósito de um outro Museu (o de Bragança). Todavia “Lisboa Subterrânea” não logrou alcançar os objectivos anunciados, por motivos que desconhecemos, tendo, pelo contrário, aberto uma saudável polémica registada nas páginas da revista *Almadan*, no volume número 3, da II Série.

Considerando o excepcional valor do subsolo de Lisboa, uma das grandes cidades milenares da Europa Ocidental, teria sido oportuno retomar o tema e organizar uma nova exposição, com os elementos entretanto descobertos. De facto, entre os vários processos arqueológicos que marcam a década de 90 em Portugal destacam-se as inúmeras obras que rasgaram o subsolo de Lisboa e que abriram novas janelas sobre Lisboa Proto-Histórica, Romana, Islâmica, Medieval, Moderna e Contemporânea.

Todavia, como se pode verificar o tema não consta das mais recentes exposições temporárias.

Fazemos votos para que, ao menos, na futura exposição permanente do MNA seja concedido o devido espaço à Arqueologia Urbana de Lisboa e à história do urbanismo. Poderá LR contrapor: para o efeito temos o Museu da Cidade. Estabeleça-se, então, uma estratégia comum, sendo certo que no MNA a História Urbana, estudada através da Arqueologia, deverá sempre figurar.

O efeito pedagógico é relevante. Por vários motivos, a saber: na área metropolitana de Lisboa vivem centenas de milhares de habitantes; ao longo do ano a cidade é visitada por outras tantas pessoas. É urgente demonstrar que o passado não é um território “distante”. Que os vestígios arqueológicos se conservam por debaixo dos nossos pés. Que as intervenções urbanas não constituem o território exclusivo dos arquitectos. Em síntese revelar a espessura cronológica do espaço urbano como matéria prima da Educação Patrimonial, de modo a que se formem públicos e cidadãos activos. Teremos, assim, grupos sociais mais cultivados, ciosos das suas memórias, aptos a ler o espaço em que caminham

diariamente, conscientes de que o passado está próximo, e que a abertura de uma vala de saneamento no Príncipe Real é uma operação arriscada durante a qual pode ocorrer a destruição de uma, ou mais sepulturas.

Porque, em boa verdade, o passado já não se insere no quadro bucólico que Oliveira Salazar e António Ferro construíram. Os homens das cavernas já não se escondem apenas nos relevos cársicos da Península de Lisboa, ou da Serra de Aires. Há paleolítico junto do jardim das Amoreiras, na Travessa da Légua da Póvoa, por exemplo⁷.

Por outro lado, há um mistério que não consigo desvendar. Porque motivo a Direcção do MNA nunca convidou os responsáveis do projecto de *Bracara Augusta* para organizarem uma exposição temporária sobre a aventura da descoberta e salvaguarda das ruínas de uma cidade viva? Mistério pesado porque é quase insondável. Confesso, aliás, que nunca tratei desse assunto com o Director do MNA, talvez porque acreditava que a ideia lhe ocorresse. Deste modo ficámos petrificados, na longa espera de um convite que nunca chegou. Também é verdade que, noutros tempos, *Bracara* se integrava na *Tarraconensis*, enquanto Lisboa era o grande porto da *Lusitania*.

A Arqueologia Urbana é, pela sua complexidade e largo espectro cronológico, pelas questões que suscita, a mais moderna das Arqueologias, a mais próxima da maioria das pessoas, porque colide com o seu quotidiano. De uma maneira, ou de outra, habitamos um espaço urbano, com seus rituais e símbolos específicos.

O Portugal Bucólico desfez-se em urbanizações desordenadas. Mas será que os arquétipos de António Ferro ainda influenciam as estruturas mentais de LR? O conceito de Portugal, jardim dos brandos costumes, país rural, em que a cidade era um mar traiçoeiro, um lugar impensável, ameaçador, origem da desordem, ainda o condiciona?

Reforçamos o desafio: esperamos que a Arqueologia de Salvamento e a Arqueologia Urbana em especial, tenham a devida expressão no projecto arquitectónico e no programa museológico do MNA.

O Passado, repetimos, não é um "país distante" e estranho. Habita, também, as nossas cidades e os seus termos.

5 Considerações finais

Alguém escreveu: "há mar e mar; há ir e voltar".

Ou seja, o Passado e a Arqueologia constituem um risco, uma aventura, estão em perpétuo movimento como as ondas do oceano, nas quais se pode afogar o banhista desprevenido, o arqueólogo incauto.

E, no entanto, talvez nada disto constitua matéria relevante.

Talvez Portugal já seja um mar morto, onde se flutua sem esforço. Porque, em boa verdade, muito me surpreendeu a passividade com que os lisboetas encararam as sucessivas destruições ocorridas no Rossio, nas Praças da Figueira, do Martim Moniz e do Município. Tal como em Braga, tudo aconteceu nos anos 90 do século XX, uma década que os historiadores do futuro, irão considerar como os anos negros do património urbano, em Portugal.

O que nos espera nesta década em que vamos sobrevivendo?

E termino, assim, com esta pergunta, sem mais, sem elaborar a matriz Harris das unidades estratigráficas que percorri, porque o coordenador editorial da revista me lançou o ultimato do tempo, esse implacável adversário da perfeição.

Notas

¹ Remetemos para um inquérito publicado por Aida Valadas de Lima e Manuela Reis (2001, 145-192).

² O comentário de Orlando Ribeiro à figura de Mendes Corrêa já foi recordado e parcialmente transcrito num artigo de Carlos Fabião (1999). No mesmo número da revista *Almadan* foi publicado um artigo de João Luís Cardoso que constitui uma homenagem à memória de Mendes Corrêa.

³ Em 1972 quando efectuámos prospecções em Rio Maior, no âmbito do trabalho da GEPP, entrámos num café de uma pequena aldeia. Inquiridos sobre a nossa presença, respondemos que procurávamos "machados de pedra" em sílex. Para grande surpresa um dos aldeãos começou a falar de utensílios "acheulenses", "solutrenses", "magdalenenses", e por aí adiante. Tinha sido um dos colaboradores de Manuel Heleno. Trabalhara na região de Rio Maior e mesmo no vale do Tejo e nos concheiros do Sado. Infelizmente já não me recordo do nome do senhor e da aldeia.

⁴ Fernando de Almeida, professor catedrático da Faculdade de Letras e Director do Museu de Belém, cedeu ao GEPP, sem dificuldades ou restrições, um dos espaços onde Manuel Heleno reunira a sua colecção de artefactos paleolíticos. Foi nesse espaço, abrindo as gavetas repletas de utensílios em sílex que aprendi a identificar bifaces, machados, raspadores, raspadeiras, buris, etc.

⁵ Lembro, a propósito, que o Método Harris nasceu no quadro da Arqueologia Urbana.

⁶ A Dr.^a Simonetta Luz Afonso procurava questionar-me sobre a reacção dos arqueólogos ao desmantelamento da Exposição Permanente do MNA, que deu origem a um abaixo assinado de protesto.

⁷ Suponho que, entretanto, os estratos pleistocénicos aí existentes já desapareceram.

Bibliografia citada

- ALMEIDA, C. A. B. (1996) – *Povoamento romano do litoral entre Cávado e Minho*, Porto Faculdade de Letras do Porto (diss. de doutoramento policopiada).
- CARDOZO (1994) – *Obras de Mário Cardozo*, I Volume, Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto.
- COSTA (1999) – A Vanguarda Nacionalista, *Caminhos do Património*, ed. DGEMN, Lisboa, pp.68-69.
- CHERNYKH, E. N. (1995) – Postscript: Russian Archaeology after the collapse of the URSS – infrastructural crisis and the resurgence of old and new nationalisms, *Nationalism, Politics, and the practice of Archaeology*, ed. Kohl e Fawcett, Cambridge University Press, pp. 139-148.
- DÍAZ-ANDRIEU, M. (1993-94) – La Arqueología en España em los siglos XIX e XX. Una visión de síntesis, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12, pp. 189-209.
- DINIS, A. P. (1993) – *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a.C.*, Faculdade de Letras do Porto (diss. Mestrado).
- DINIZ, M. e GONÇALVES, V. (1993-94) – Na 2.^a metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12, pp. 175-187.
- FABIÃO, C. (1997) – Percursos da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1875) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-11971), *La Cristalización del Passado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*, Universidad de Málaga, pp. 105-124.
- (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I, *Almadan*, II Série, 8, Almada, pp. 104-126.
- JORGE, V. O. (2003) – *A irrequietude das pedras*, Porto: Afrontamento.
- KOHL, P. L. e TSETSKHLADZE, G. R. (1995) – Nationalism, politics and the practice of Archaeology in the Caucasus, *Nationalism, Politics, and*

the practice of Archaeology, ed. Kohl e Fawcett, Cambridge University Press, pp.149-174.

- LAGO, M. (2003) – Profissão: Arqueólogo (na transição do milénio). *Nos dez anos da APA. Que Futuro para a Arqueologia Profissional?* Coordenador: S. Carneiro, APA, pp. 95-108.
- LE MOS, F. S. (1987) – As Três Idades da Arqueologia Portuguesa, *Forum*, 2, Braga, pp. 5-11.
- (1989) – Arqueologia Portuguesa; Aspectos Históricos e Institucionais, *Forum*, 5, Braga, pp. 91-110.
- (1992) – Arqueologia Portuguesa: Próximo Futuro. Previsões para a última década do II milénio, *Forum*, 11, Braga, pp. 53-64.
- (1993) – Nevoeiro na Arqueologia. A propósito de dois textos publicados na revista *Almadan* (Série II, n.º 1), *Forum*, 12/13, pp. 161-168.
- (1997) – A vã glória de escrever no presente a história que vai ser investigada no futuro, *Forum*, 22, Braga, pp. 85-92.
- LÉVY-STRAUSS, C. (1992) – *A História do Lince*, Edições Asa, Lisboa.
- LILLIOS, K. (1995) – Nationalism and Copper Age research in Portugal during the Salazar Regime (1932-1974), *Nationalism, Politics, and the practice of Archaeology*, ed. Kohl e Fawcett, Cambridge University Press, pp. 57-69.
- LIMA, Aida Valadas de e REIS, Manuela (2001) – O Culto Moderno dos Monumentos. Os Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, *O Caso de Foz Côa: um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Edições 70, Lisboa, 145-192.
- JORGE, V. O. (1985) – Homenagem a Jean Roche, *Arqueologia*, 12, GEAP, Porto, pp. 3-13.
- MACIEL, T. (2003) – *Povoamento proto-histórico no vale do Neiva*, Rio Neiva, Associação de Defesa do Ambiente, Esposende.
- MORA, G. e DÍAZ-ANDREIU (ed.) (1997) – *La Cristalización del Pasado:*

Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España. Universidad de Málaga. Málaga.

QUINN, Malcom (1996) – Reading the swastika, constructing the symbol, *Nationalism and Archaeology*, ed. Atkinson, Banks e O'Sullivan, Cruithne Press, Glasgow, pp. 165-173.

RAPOSO, Luís (1993-1994) – Do Somme ao Tejo: a vida e a obra de Henri Breuil e a sua contribuição para a Pré-história Portuguesa, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12, pp. 223-290.

(1995) – Algumas reflexões e propostas acerca da constituição de um Conselho Superior de Arqueologia, *Revista de Guimarães*, 105, Guimarães, pp. 63-97.

RACZKOWSKI, W. (1996) – “Drang nach Westen”?: Polish Archaeology and national identity, *Nationalism and Archaeology in Europe*, ed. Díaz-Andrieu e Champion, UCL Press, Londres, pp. 189-217.

RIBEIRO, O. (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa.

SHNIRELMAN, V. A. (1995) – From internationalism to nationalism: forgotten pages of Soviet Archaeology, *Nationalism, Politics, and the practice of Archaeology*, ed. Kohl e Fawcett, Cambridge University Press, pp. 120-138.

SILVA, António Carlos (2002) – *Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia: cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico*. “Arqueologia e História”, Lisboa, 54, 2002, pp. 299-315.